



MUNICÍPIO DO FUNCHAL
DIVISÃO DE MOBILIDADE E TRÂNSITO

CONCURSO PÚBLICO

**ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA
DE SANTO ANTÓNIO NO MUNICÍPIO DO FUNCHAL**

Ref de procedimento n.º 03/DMIE/DMT/2025

CADERNO DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual para a elaboração de projeto de execução para a **Requalificação urbanística de Santo António** no Município do Funchal, de acordo com o presente documento e anexo técnico.
2. O objeto do contrato a celebrar está classificado com o Código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) **71242000-6, referente a Preparação de projeto e conceção, estimativa de custos**, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74/1, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - b) O presente Caderno de Encargos e Anexo Técnico;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos - na sua atual redação (adiante designado por “CCP”) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 3.^a

Constituição da equipa prestadora de serviços

- 1 – A elaboração dos projetos a que se refere o presente caderno de encargos, ficará a cargo de uma equipa projetista, cuja coordenação é da inteira e exclusiva responsabilidade de um dos autores dos projecto.
- 2 – A equipa projetista é constituída pelo coordenador de projeto e pelos autores dos projetos das especialidades, a ser indicada na fase pré-contratual.
- 3 – A equipa projetista referida no número anterior só poderá ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do Município do Funchal.
- 4 – O coordenador de projeto deve cumprir com o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho, na sua versão consolidada.

Cláusula 4.^a

Prazo

O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos anteriormente, exceto a assistência técnica, no **prazo global de 300 (trezentos) dias**, a contar da data da celebração do contrato, **sem prejuízo obrigações acessórias que devem perdurar para além do prazo fixado para a execução do contrato.**

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do prestador do serviço

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, nomeadamente o cumprimento com a Lei n.º 31/2009, e da Portaria n.º 255/2023, as seguintes obrigações:
 - a) Prestar os serviços objeto do presente contrato com a competência e diligência adequadas à execução da proposta a que está vinculado, defendendo os legítimos interesses e expectativas da Entidade Adjudicante, principalmente no que se refere às relações com terceiros;



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- b) Comunicar por escrito à Entidade Adjudicante **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, após a data da verificação de qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
- c) Obrigação de garantir a execução dos trabalhos previstos no presente Caderno de Encargos e respetivo anexo técnico;
- d) Obrigação de assegurar a realização dos trabalhos de acordo com os prazos estipulados pela entidade adjudicante que constam na cláusula 6.^a do presente caderno de encargos e ponto 11 do anexo técnico do caderno de encargos;
- e) Para a elaboração do projecto, o prestador de serviços considerará ainda, de forma imperativa, as normas regulamentares e técnicas de carácter geral e ainda as de carácter especial relacionadas com o objeto do contrato, enquadrados na categoria III, de acordo com o anexo II, referente à classificação das obras por categorias, que consta na portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
- f) Assegurar o cumprimento das normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- g) Comunicar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- h) Comunicar à entidade adjudicante as datas de início e fim de todos os trabalhos de campo, de forma a que os mesmos sejam acompanhados pela Câmara Municipal do Funchal;
- i) Obrigação, no caso do estudo de tráfego e em outras atividades consideradas relevantes para a prestação de serviços, de possuir todos os seguros obrigatórios por lei, bem como as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, sendo os mesmos da sua inteira responsabilidade, sendo que o Município do Funchal poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, devendo o prestador de serviços fornecê-los no prazo de 15 (quinze) dias seguidos;



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- j) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- k) Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- l) No decorrer do prazo contratual, o prestador de serviços compromete-se a realizar reuniões presenciais e remotas de acordo com o indicado no ponto 7 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos;
- m) No âmbito da assistência técnica, incumbe ao prestador de serviços, o cumprimento do disposto no artigo 9.ª da portaria n.º 255/2023, na sua atual redação;
- n) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, no âmbito da assistência técnica na fase concursal da empreitada, está incluída a retificação das peças escritas e desenhadas decorrentes de eventuais erros e omissões de todos os projetos, na fase de concurso para execução da obra.

Cláusula 6.º

Fases da prestação do serviço

1- Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

- a) Fase I** - Elaboração de Estudo Prévio;
- b) Fase II** - Elaboração do Anteprojeto;
- c) Fase III-** Elaboração do Projeto de Execução;
- d) Fase III** - Prestação de Assistência Técnica.

2- O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço de acordo com as seguintes fases e prazos:

- a) Fase I - Elaboração de Estudo Prévio – até 75 (setenta e cinco) dias a contar da outorga do contrato;**
- b) Fase II - Elaboração do Anteprojeto – até 65 (sessenta e cinco) dias a contar da aprovação da fase anterior;**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

c) Fase III - Elaboração do Projeto de Execução – até 90 (noventa) dias a contar da aprovação do projecto de execução;

d) Fase III - Prestação de Assistência Técnica:

d.1) Prestação de Assistência Técnica ao Projeto - durante todo o procedimento de formação do contrato;

d.2) Prestação de Assistência Técnica à Obra - no prazo correspondente à execução da obra.

3- Após a entrega de cada uma das fases do projeto, a entidade adjudicante pode suspender temporariamente a execução das prestações objecto do contrato, iniciando o prazo com a aprovação da fase correspondente. A suspensão nunca poderá ultrapassar o prazo previsto para execução das prestações objecto do contrato, sendo que a mesma determina a prorrogação do prazo de execução por período igual, de acordo com o artigo 298.º do CCP.

Cláusula 7.º

Forma de prestação do serviço

1- Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, reuniões presenciais de coordenação com os representantes da entidade adjudicante, das quais deve ser lavrada ata, redigida pelo prestador de serviços, a assinar por todos os intervenientes na reunião, de acordo com o ponto 7 do Anexo Técnico do Caderno de Encargos.

2- As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte da entidade adjudicante, prestador de serviços e demais intervenientes que participam ativamente no desenvolvimento do projeto, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3- Todas as deslocações e estadias, fruto das reuniões presenciais previstas, serão a expensas do prestador de serviços, estando, portanto, os seus valores incorporados no valor da prestação de serviços.

4- Para efeito do disposto no artigo 378.º, em fase de procedimento pré-contratual para execução da empreitada, o projetista fica obrigado a responder aos pedidos de esclarecimentos e a pronunciar-se sobre a lista de erros e omissões do projecto que elaborou, ao abrigo do presente contrato, **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, ressaltando-se aquelas situações relacionadas com a lista de erros e omissões



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

que, comprovadamente, necessitem de um prazo de resposta mais alargado, não podendo nunca ser superior a cinco dias úteis.

5- O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as atividades objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

6- No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

7- Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1- Com a entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município do Funchal procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei, de acordo com os seguintes prazos e pelas seguintes fases:

FASE I – Estudo Prévio - Apreciação e validação da fase I, por parte da entidade adjudicante, no prazo máximo de 10 (dez) dias seguidos contados a partir da data de receção da respetiva documentação;

FASE II – Anteprojecto - Apreciação e validação da fase II, por parte da entidade adjudicante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguidos contados a partir da data de receção da respetiva documentação;

FASE III – Projecto de Execução - Apreciação e validação do projeto de execução, por parte da entidade adjudicante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguidos contados a partir da data de receção da respetiva documentação.

2- Após a entrega de cada uma das fases do projeto, a entidade adjudicante pode suspender temporariamente a execução das prestações objecto do contrato, iniciando o prazo com a aprovação da fase correspondente. A suspensão nunca poderá ultrapassar o prazo previsto para execução das



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

prestações objecto do contrato, sendo que a mesma determina a prorrogação do prazo de execução por período igual, de acordo com o artigo 298.º do CCP.

3- Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município do Funchal, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4- No caso de a análise prevista nos do Município do Funchal a que se refere os n.ºs 1 e 2 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, **ou** no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Processo de Concurso, o Município do Funchal deve de isso informar, por escrito, o prestador de serviços.

5- No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município do Funchal, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

6- Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município do Funchal, juntamente com a entidade terceira a contratar, procedem a nova análise, nos termos dos n.ºs 1 e 2.

7- Caso a análise do Município do Funchal, e da entidade terceira a contratar a que se referem os n.ºs 1 e 2 comprovem a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 7 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município do Funchal.

8- A aprovação por parte do Município do Funchal, conforme disposto no número anterior, não desresponsabiliza o adjudicatário (projetista) de todas as suas responsabilidades legais incluindo os eventuais erros ou omissões, não detetáveis aquando da aprovação e imputáveis ao mesmo.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 9.^a

Revisão de projecto

- 1-** Sendo a obra classificada na **Categoria III**, nos termos da portaria prevista no n.º 7 do artigo 43.º, por força do seu n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, o projecto de execução poderá ser revisto, por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, distinta do autor do projecto.
- 2-** O prestador de serviços deve prestar ao Município do Funchal, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 10.º

Transferência da propriedade

- 1-** Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 7 da cláusula 8.^a, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município do Funchal.
- 2-** Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.^a

Dever de sigilo

- 1-** O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município do Funchal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2-** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3-** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor por tempo indeterminado a contar do cumprimento ou cessação do contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição a quaisquer deveres legais.

Cláusula 13.^a

Preço base

1. O valor base total é de **190 000,00 € (cento e noventa e mil euros)** ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor não podendo o concorrente apresentar uma proposta de preço superior ao valor base sob pena de ser excluído.
2. O preço base foi definido com base na consulta preliminar efetuada ao abrigo do n.º 1 do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.
3. Toda a informação tida por significativa obtida através da consulta preliminar ao mercado, será disponibilizada aos concorrentes, caso a mesma seja solicitada, o que necessariamente só poderá ocorrer após o término do prazo de apresentação de propostas.

Cláusula 14.^a

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

- 1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas **no prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias** após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
- 2- As quantias a pagar pelos serviços prestados serão divididas do seguinte modo:
 - a) **Fase I - 30%** do valor global da proposta com a **entrega e aprovação do Estudo Prévio**;
 - b) **Fase II - 25%** do valor global da proposta com a **entrega e aprovação do Anteprojeto**;
 - c) **Fase III - 35%** do valor global da proposta com a **entrega e aprovação do Projeto de Execução**;
 - d) **Fase III- Prestação de Assistência Técnica:**
 - d.1) **5%** do valor global da proposta **com a Assistência Técnica ao Projeto**;
 - d.2) **5%** do valor global da proposta **na Assistência Técnica à Obra** a prestar em duas parcelas iguais entre si, a primeira das quais com a consignação da obra e a ultima com a receção provisória.
- 3- Para efeitos do n.º 1 do presente artigo, a obrigação considera-se vencida com a execução da prestação de serviços objeto do contrato a que respeite a factura e mediante informação do gestor de contrato a confirmar a aprovação da respectiva fase.
- 4- O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor.
- 5- A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato.
- 6- As faturas a emitir pelo Cocontratante **devem ser dirigidas ao endereço de correio eletrónico: facturas@funchal.pt** e com conhecimento do **Gestor do Contrato**.
- 7- As faturas devem cumprir o preceituado no Art.º 36.^a do CIVA, e enviadas, o mais breve possível, para o Município do Funchal, através endereço eletrónico descrito no ponto anterior.
- 8- Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 9- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 16.^a

Retenção no pagamento

Não sendo exigível caução, com vista a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, às importâncias que o adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos, ira proceder-se à retenção de 2% dos valores desses pagamentos, nos termos do artigo 88.º, n.º3 do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Penalidades contratuais

1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a).** pelo incumprimento sob a forma de mora dos prazos da realização da prestação de serviços, na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.
- b).** pelo cumprimento defeituoso da prestação de serviços nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.
- c).** em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao prestador de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2- O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3- Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4- Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

5- Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o prestador de serviços que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6- No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao prestador de serviços que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7- Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8- A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9- O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10- As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 19.^a

Alterações ao contrato

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o prestador de serviços viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

2. Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Cláusula 21.^a

Resolução por parte do Adjudicatário

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

- a). Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
- b). Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c). Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d). Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e). Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2- No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 22.^a

Confidencialidade e Proteção de dados

1 - O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

2 - Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.

3 - A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.

4- No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 - A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 - A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 - A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 - Para efeitos do disposto no número anterior da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9 - A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10 – A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

Cláusula 23.^a

Gestor do Contrato

O gestor do contrato nos termos do artigo 290º-A do CCP é a **Vanessa José Pereira Lopes Dias** com o email: vanessa.lopes@funchal.pt

Cláusula 24.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a Cessão da posição contratual por parte do cocontratante, depende da autorização do Município, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

1- Na fase de formação de contrato todas as comunicações entre a entidade adjudicante e os operadores económicos, interessados, concorrentes e adjudicatário são efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em www.acingov.pt.

2- Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre o contraente público e o adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas por correio eletrónico ou, em alternativa, através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

3- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 28.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação, avulsa, aplicável.